



NIDAI SAMMIA AFFONSO CARVALHO

Universidad de la Integración de las Américas – UNIDA
Asunción - Paraguay

TÍTULO:

A EVOLUÇÃO DA LEI DE DROGAS NO BRASIL: O TRATAMENTO
NORMATIVO BRASILEIRO QUANTO A CARACTERIZAÇÃO DE
CONSUMO E TRÁFICO DE DROGAS

RESUMO:

A investigação conduzida abordou a influência das variações genéticas na regulação metabólica da proteína X, um componente-chave no contexto da homeostase celular. O objetivo geral consistiu em identificar marcadores genéticos associados a diferentes perfis metabólicos e compreender seu impacto na saúde humana.

Para atingir esse objetivo, uma metodologia abrangente foi aplicada, envolvendo análises de sequenciamento de DNA em uma amostra representativa de 1.000 indivíduos de diferentes origens étnicas. Os resultados revelaram uma associação significativa entre variações genéticas específicas e perfis metabólicos distintos, demonstrando uma base genética subjacente para as diferenças na regulação da proteína X.

Os achados mais relevantes indicam que os portadores de uma variante genética específica apresentaram um risco aumentado de desequilíbrios metabólicos e condições relacionadas à saúde. Além disso, o estudo identificou uma possível estratégia terapêutica direcionada a essas variações genéticas para melhorar a regulação metabólica e prevenir complicações de saúde.

Em conclusão, este estudo ampliou o conhecimento sobre as implicações das variações genéticas na regulação metabólica da proteína X. Os resultados têm implicações tanto para a pesquisa acadêmica quanto para a prática clínica, destacando a importância de considerar a genética individual na gestão da saúde. Esses insights podem abrir caminho para intervenções personalizadas e avanços na prevenção de condições metabólicas.

PALAVRAS-CHAVE: Regulação metabólica, proteína X, variações genéticas, sequenciamento de DNA, intervenções personalizadas.

ABSTRACT:

The conducted research addressed the influence of genetic variations on the metabolic regulation of protein X, a key component in the context of cellular homeostasis. The overall objective was to identify genetic markers associated with different metabolic profiles and comprehend their impact on human health.

To achieve this objective, a comprehensive methodology was applied, involving DNA sequencing analyses on a representative sample of 1,000 individuals from various ethnic backgrounds. The results revealed a significant association between specific genetic variations and distinct metabolic profiles, demonstrating an underlying genetic basis for differences in the regulation of protein X.

The most relevant findings indicate that carriers of a specific genetic variant had an increased risk of metabolic imbalances and health-related conditions. Furthermore, the study identified a potential therapeutic strategy targeting these genetic variations to improve metabolic regulation and prevent health complications.

In conclusion, this study expanded our understanding of the implications of genetic variations in the metabolic regulation of protein X. The results hold implications for both academic research and clinical practice, emphasizing the importance of considering individual genetics in health management. These insights may pave the way for personalized interventions and advancements in the prevention of metabolic conditions.

KEYWORDS: Metabolic regulation, protein X, genetic variations, DNA sequencing, personalized interventions.

1. INTRODUÇÃO

A Lei 11.343 de 2006, conhecida como Lei Antidrogas, introduziu o Sistema Nacional de Políticas Públicas em Matéria de Drogas - Sisnad na legislação brasileira, além de estabelecer normas para a repressão do tráfico ilícito de drogas e definir as penalidades para aqueles que a infringem. Apesar da evolução significativa que essa legislação apresenta na perspectiva punitiva e de combate às drogas, ela não estabelece

quantidades específicas para a caracterização do tráfico. A lei também conta com dispositivos que auxiliam os juízes na determinação do destino das substâncias ilícitas, considerando fatores como a quantidade, localização, condições em que a ação ocorreu, bem como as circunstâncias sociais, antecedentes criminais e comportamento do indivíduo, influenciando a aplicação da pena.

Nesse contexto, o objetivo deste estudo é apresentar os meios pelos quais a pesquisa teórica forneceu dados para a análise dos critérios estabelecidos na Lei 11.343/06. Especificamente, busca-se compreender como os critérios estipulados no Artigo 28, § 2º e no Artigo 42 da Lei 11.343/06 são aplicados para caracterizar o tráfico de drogas em contraste com a posse para consumo pessoal. A pesquisa foi conduzida por meio de extensa revisão bibliográfica, abrangendo o período de fevereiro de 2020 a junho de 2021.

Os resultados indicam que o problema da caracterização do tráfico de drogas continua sendo um desafio significativo para as autoridades, principalmente no contexto brasileiro. O país enfrenta dificuldades na adoção de medidas de política criminal mais eficazes no combate ao uso de substâncias entorpecentes, destacando a necessidade de uma legislação que sensibilize a população em relação ao consumo de drogas. Além disso, a pesquisa revela um atraso na formulação de políticas eficazes por parte das autoridades políticas, em colaboração com o Ministério da Saúde, para combater o uso de drogas ilícitas, um aspecto ressaltado pela criminologia.

A presente investigação contribui para o entendimento do desafio complexo enfrentado no âmbito das políticas de drogas, destacando a importância de considerar os fatores que influenciam a aplicação da lei, a caracterização do tráfico e a posse para

consumo. Comprender essa dinâmica é crucial para orientar políticas públicas mais eficazes e estratégias de combate ao uso de drogas ilícitas.

2. MATERIAIS E METODOLOGIA

Este capítulo aborda detalhadamente os aspectos metodológicos empregados na condução da pesquisa, delineando os caminhos percorridos até a obtenção dos resultados. O rigor metodológico foi uma preocupação central ao longo deste estudo, alinhando-se com os padrões científicos exigidos.

Os métodos e técnicas adotados ao longo do processo de pesquisa serão descritos a seguir. É importante ressaltar que a metodologia científica foi essencial para testar, verificar e comprovar os fenômenos estudados dentro dos critérios científicos estabelecidos. Como destacado por Luna (1988) apud Ribeiro (2008, p.2), a pesquisa é definida como uma atividade de investigação capaz de produzir conhecimento novo sobre uma área ou fenômeno, sistematizando-o em relação ao que já se sabe. Isso implica no cumprimento de três requisitos fundamentais:

- a) A formulação de questionamentos ou hipóteses sobre um determinado tema que serão solucionados por meio dos resultados obtidos com o desenvolvimento da pesquisa, alcançando o objetivo inicial proposto.
- b) A descrição e elaboração de procedimentos, métodos ou técnicas que permitem responder adequadamente às perguntas.
- c) O estabelecimento de uma inter-relação entre entrevistador e entrevistado para criar um vínculo e garantir a confiabilidade dos dados coletados, caso seja necessária a coleta por meio de entrevistas.

Seguindo a visão de Gil (1999) apud Ribeiro (2008, p. 3), a pesquisa é definida como um procedimento racional e sistemático com o objetivo de fornecer respostas aos

problemas propostos. A pesquisa é desenvolvida com base nos conhecimentos disponíveis e na utilização cuidadosa de métodos, técnicas e outros procedimentos científicos. Envolve várias fases, desde a formulação adequada do problema até a apresentação satisfatória dos resultados.

Para Demo (1996) apud Ribeiro (2008, p. 3), a pesquisa científica é uma tarefa diária que envolve questionamento sistemático, crítico e criativo, juntamente com uma intervenção competente na realidade ou um diálogo crítico contínuo com a realidade tanto teoricamente quanto praticamente.

Quanto à natureza da pesquisa, de acordo com Trivisios (1987), ela pode ser classificada como quantitativa, qualitativa ou ambas simultaneamente. A pesquisa qualitativa, conforme a visão de Demo (1995) e Stake (1983), originou-se nas áreas da antropologia e sociologia, tornando-se relevante na educação na década de 1970. Isso contribuiu para a percepção de que os dados quantitativos precisavam ser complementados com uma abordagem mais ampla.

2.1 Tipo de Pesquisa

No contexto desta pesquisa, a escolha do tipo de pesquisa está diretamente relacionada à análise dos dados coletados. Portanto, dada a natureza qualitativa do estudo, este foi classificado como uma pesquisa qualitativa. A pesquisa qualitativa busca compreender os fenômenos a partir de explicações e motivos que desencadearam questões específicas. Nesse caso, a interpretação e análise dos dados coletados fornecem significado aos fenômenos relacionados às políticas de combate às drogas.

Seguindo o pensamento de Bakhtin (1985) apud Freitas (2002), essa abordagem destaca que a ciência deve ir além da análise quantitativa tradicional e incorporar a arte na ciência, particularmente na arte de escrever textos descritivos. Bakhtin (1985) apud

Freitas (2002) enfatiza que as ciências humanas não devem adotar metodologias das ciências exatas, pois as ciências humanas lidam com a vida humana, que envolve uma comunicação contínua e criativa.

2.2 Enfoque

O enfoque adotado na pesquisa foi diretamente relacionado à análise dos dados coletados. A escolha do enfoque está alinhada com o objetivo de compreender o objeto da pesquisa. Neste caso, devido à natureza qualitativa da pesquisa, o enfoque escolhido foi a pesquisa descritiva.

A pesquisa descritiva tem como objetivo descrever as características de uma população ou fenômeno, além de estabelecer relações entre variáveis. Envolve o uso de técnicas padronizadas de coleta de dados, como questionários e observação sistemática. No contexto desta pesquisa, a abordagem descritiva permitiu a análise detalhada das políticas públicas brasileiras de combate ao consumo de drogas ilícitas, destacando características, relações e evolução ao longo do tempo.

2.3 População e Amostra

A população desta pesquisa consistiu em toda a literatura relevante relacionada ao tema de estudo, incluindo leis, decretos, portarias, medidas provisórias, artigos científicos e livros. A seleção da amostra foi realizada com base na variável de interesse, totalizando 19 artigos, 6 leis/decretos e 18 livros. A amostra foi selecionada de acordo com os critérios de inclusão definidos no estudo, que envolveram a pertinência à questão de pesquisa.

A seleção dos documentos oficiais relacionados ao combate ao consumo abusivo de drogas, como leis, decretos, portarias e medidas provisórias, foi a fonte primária de dados. A seleção secundária envolveu a análise de artigos científicos publicados em

periódicos nacionais e internacionais e livros relacionados ao tema. O período de publicação abrangeu uma ampla gama de anos, permitindo uma análise histórica e evolutiva das políticas relacionadas às drogas no Brasil.

2.4 Técnicas e Instrumentos de Coleta de Dados

A coleta de dados para esta pesquisa foi conduzida por meio de métodos qualitativos, considerando a natureza exploratória do estudo. Os métodos de coleta de dados qualitativos enfocam a obtenção de ideias, raciocínio e motivações, e são particularmente apropriados para pesquisas em ciências humanas. Dado que os dados qualitativos não podem ser medidos, foram utilizados métodos de coleta de dados estruturados de forma limitada.

Neste contexto, a coleta de dados foi realizada principalmente por meio da pesquisa bibliográfica e documental. As técnicas de manutenção de registro e fichamentos foram empregadas como instrumentos para coletar, registrar e organizar as informações relevantes encontradas na literatura. Como esta pesquisa não envolveu interações com sujeitos, não foram aplicados instrumentos de coleta de dados convencionais, como questionários ou entrevistas.

Essas técnicas permitiram que os pesquisadores coletassem informações de fontes confiáveis, como livros, documentos oficiais e artigos científicos, para posterior análise e interpretação. O uso de fichamentos e registros de dados contribuiu para a organização eficaz das informações coletadas, permitindo uma análise detalhada das políticas de combate às drogas no Brasil ao longo do tempo.

Dessa forma, os procedimentos metodológicos adotados nesta pesquisa visaram garantir a confiabilidade, autenticidade e valor acadêmico dos dados coletados,

proporcionando uma base sólida para a análise das políticas públicas relacionadas às drogas no Brasil.

3. RESULTADOS

Este artigo aborda as mudanças na legislação de drogas no Brasil, especificamente a Lei 11.343/2006, e suas implicações no tratamento de usuários de drogas. A pesquisa explora o aumento na demanda por drogas ilícitas, as motivações por trás desse aumento e as respostas do governo brasileiro. O estudo analisa as alterações na lei, enfocando os impactos sobre os usuários, bem como as questões de constitucionalidade e a aplicação do princípio da insignificância. Além disso, discute-se a aplicação de penas alternativas e suas implicações para os infratores. Os resultados revelam uma tendência de políticas mais brandas para os usuários de drogas, enfatizando a importância da saúde pública. Este artigo contribui para a compreensão das dinâmicas da legislação de drogas no Brasil e seu impacto na sociedade.

A legislação de drogas no Brasil passou por diversas mudanças ao longo dos anos, refletindo as transformações na percepção da sociedade em relação ao uso e tráfico de entorpecentes. A Lei 11.343, promulgada em 2006, trouxe importantes alterações no tratamento legal das drogas ilícitas no país. Este artigo tem como objetivo investigar as implicações dessa legislação, focando especificamente nas mudanças relativas aos usuários de drogas.

Para realizar esta pesquisa, foram analisados dados e informações relacionados à legislação de drogas no Brasil, com ênfase na Lei 11.343/2006. Foram revisadas fontes acadêmicas, literatura jurídica e documentos governamentais relevantes. Também foi realizada uma revisão da jurisprudência relacionada aos casos de usuários de drogas no

Brasil. A metodologia adotada permitiu uma análise aprofundada das implicações das mudanças legais para essa população.

Aumento na Demanda por Drogas

A Lei 11.343/2006 foi promulgada em resposta a um aumento na demanda por drogas ilícitas no Brasil. Diversos fatores contribuíram para esse aumento, incluindo problemas de saúde, questões familiares e pobreza. A legislação brasileira, portanto, passou por evoluções significativas para combater o tráfico de drogas, que se tornou uma atividade altamente lucrativa e organizada.

Mudanças na Lei e Seus Impactos

A Lei 11.343/2006 trouxe alterações significativas nas diretrizes reguladoras do tratamento de drogas ilícitas no Brasil. A nova lei adotou um enfoque mais rigoroso, permitindo a investigação e responsabilização do acusado desde as fases iniciais do processo. A jurisdição penal tornou-se mais severa, com medidas de segurança e penas mais duras, visando a redução da criminalidade.

Impactos na Natureza Jurídica

A nova legislação, apesar de mais severa, introduziu um processo menos prejudicial aos envolvidos, com atenção especial à pena de prisão. O autor destaca que o mero consumo de drogas, mesmo em pequenas quantidades, passou a ser tratado de forma mais branda. No entanto, a mudança na lei teve impactos negativos para os envolvidos no tráfico de drogas, que enfrentam penas mais rígidas.

Princípio da Insignificância

Um aspecto relevante na análise da legislação de drogas no Brasil é o princípio da insignificância. Este princípio permite que a jurisdição avalie se o crime é de relevância insignificante e, portanto, não justifica a aplicação da lei penal. Em relação ao consumo

de drogas, esse princípio tem sido amplamente debatido e aplicado em casos específicos, resultando em decisões judiciais variadas.

As mudanças na legislação de drogas no Brasil, em particular a Lei 11.343/2006, têm implicações complexas para a sociedade brasileira. Por um lado, a nova legislação introduziu medidas mais brandas para os usuários de drogas, reconhecendo a importância da saúde pública e a necessidade de tratamento em vez de punição. No entanto, as penas mais severas para os traficantes demonstram o compromisso do governo brasileiro em combater o tráfico de drogas de forma eficaz.

Este artigo forneceu uma análise abrangente das mudanças na legislação de drogas no Brasil, com foco na Lei 11.343/2006. As alterações legais tiveram impactos significativos nos usuários de drogas, introduzindo medidas mais brandas e uma abordagem centrada na saúde pública. No entanto, a aplicação do princípio da insignificância e as penas mais rígidas para os traficantes ainda suscitam debates e desafios jurídicos. A compreensão dessas complexidades é essencial para avaliar a eficácia da legislação de drogas no Brasil e suas implicações para a sociedade.

4. DISCUSSÃO

A seção de Discussão do presente estudo busca fornecer uma análise crítica das descobertas e estabelecer conexões com a literatura acadêmica pertinente, destacando as implicações de seus resultados.

Os resultados deste estudo corroboram achados anteriores que ressaltam a importância da proteína X na regulação do metabolismo celular. A partir dos dados coletados, fica evidente que a presença dessa proteína desempenha um papel crucial na modulação dos processos metabólicos. Essa observação está alinhada com as pesquisas

de Smith et al. (20XX) e Silva et al. (20XX), que também destacaram o papel fundamental da proteína X em processos relacionados à homeostase energética.

Uma das principais conclusões deste estudo é a influência significativa das variações genéticas nas respostas fenotípicas observadas. Esses achados corroboram as pesquisas de Santos et al. (20XX) e Pereira et al. (20XX), que também apontaram para a importância das variações genéticas na predisposição a determinadas condições de saúde. Isso ressalta a complexidade da relação entre genótipo e fenótipo, enfatizando a necessidade de considerar a individualidade genética na prática clínica.

Os resultados deste estudo têm implicações significativas para a medicina de precisão. À medida que avançamos em direção a uma abordagem mais personalizada no tratamento de condições de saúde, compreender como as variações genéticas influenciam as respostas individuais aos tratamentos é fundamental. Os achados deste estudo ressaltam a necessidade de integrar informações genéticas na prática clínica, a fim de otimizar a eficácia dos tratamentos.

É importante reconhecer que este estudo apresenta algumas limitações. A amostra utilizada foi relativamente pequena e não representativa de toda a população. Além disso, as análises se concentraram em um conjunto específico de marcadores genéticos. Portanto, estudos futuros podem se beneficiar da inclusão de amostras mais amplas e da exploração de um espectro mais amplo de variações genéticas.

Em resumo, os resultados deste estudo destacam a influência da proteína X e das variações genéticas nas respostas metabólicas. Isso tem implicações significativas para a medicina de precisão e ressalta a necessidade de considerar a genética individual na prática clínica. No entanto, é essencial abordar as limitações do estudo e continuar a

investigação nessa área, a fim de aprofundar nossa compreensão dos mecanismos subjacentes.

5. CONCLUSÕES

A conclusão desta pesquisa resulta das análises conduzidas em conformidade com os objetivos definidos, apresentando de forma abrangente as principais descobertas e suas implicações.

Atendimento dos Objetivos

Os objetivos estabelecidos neste estudo foram alcançados com sucesso. A análise da proteína X demonstrou ser fundamental para a compreensão de seu papel na regulação do metabolismo celular. Além disso, as investigações das variações genéticas revelaram insights cruciais sobre como essas variações influenciam as respostas fenotípicas.

Importância da Proteína X na Regulação Metabólica

Um dos principais achados deste estudo foi a confirmação da relevância da proteína X na modulação dos processos metabólicos. Esta constatação alinha-se com estudos anteriores e fornece uma base sólida para futuras pesquisas e intervenções na área da regulação metabólica.

Impacto das Variações Genéticas

As análises detalhadas das variações genéticas evidenciaram que estas desempenham um papel considerável nas respostas fenotípicas. Este insight destaca a necessidade de incorporar informações genéticas em estratégias de medicina de precisão e na compreensão de como o genótipo influencia o fenótipo.

Implicações para a Medicina de Precisão

Os resultados deste estudo contribuem significativamente para o campo da medicina de precisão, demonstrando a necessidade de considerar a diversidade genética

em abordagens terapêuticas personalizadas. Os achados reforçam a importância de identificar marcadores genéticos relevantes que possam orientar escolhas de tratamento individualizadas.

Perspectivas Futuras

Reconhece-se que este estudo apresenta algumas limitações, como o tamanho da amostra e o escopo dos marcadores genéticos investigados. Portanto, pesquisas futuras podem beneficiar-se da expansão da amostragem e da exploração de um espectro mais amplo de variações genéticas.

Síntese Final

Em resumo, os resultados deste estudo confirmam a importância da proteína X na regulação metabólica e sublinham o impacto das variações genéticas nas respostas fenotípicas. Essas descobertas têm implicações significativas para a medicina de precisão, destacando a necessidade de integrar informações genéticas em protocolos clínicos personalizados. A pesquisa desvenda perspectivas promissoras, embora seja necessário enfrentar as limitações inerentes. Portanto, este estudo fornece uma base sólida para investigações futuras e contribui substancialmente para o avanço do conhecimento nas áreas de regulação metabólica e medicina de precisão.

Contribuições para a Comunidade Científica

Os achados deste estudo ampliam o conhecimento sobre a proteína X e as variações genéticas associadas a ela, preenchendo uma lacuna no campo da pesquisa em regulação metabólica. Os dados apresentados nesta pesquisa podem ser valiosos para a comunidade científica, servindo como base para investigações subsequentes em áreas relacionadas.

Aplicabilidade Clínica e Terapêutica

Além de seu impacto na pesquisa acadêmica, os resultados deste estudo podem ter relevância prática na clínica médica e no desenvolvimento de terapias personalizadas. Os médicos e profissionais de saúde podem considerar os marcadores genéticos identificados como indicadores úteis para personalizar os tratamentos de pacientes, melhorando assim os resultados clínicos.

Em última análise, este estudo destaca a importância de investigar a interação entre proteínas-chave e variações genéticas no contexto da regulação metabólica. Essa compreensão aprofundada pode orientar pesquisas e práticas futuras, proporcionando benefícios tanto na esfera do conhecimento científico quanto na melhoria dos cuidados de saúde.

6. REFERÊNCIAS

- ALVES, Vânia Sampaio. Modelos de atenção à saúde de usuários de álcool e outras drogas: discursos políticos, saberes e práticas. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 25, p. 2309-2319, 2009.
- ALVES, Breno Eduardo Campos. **As terminologias do narcotráfico**. Jus, 2017. Disponível em <https://jus.com.br/artigos/61897/as-terminologias-do-narcotrafico/3> Acesso em 15 abr 2021
- BARROS, Marcelle Aparecida de; PILLON, Sandra Cristina. Assistência aos usuários de drogas: a visão dos profissionais do programa saúde da família. **Rev. enferm. UERJ**, p. 261-266, 2007.
- BOA SAÚDE. **Os efeitos do abuso de drogas ilícitas na saúde**. Jun/2006. Disponível em: <http://boasaude.uol.com.br/lib/>. Acesso em 04 jun 2021.em: 03/06/2021.
- CAPEZ, Fernando. **A nova lei de tóxicos: modificações legais relativas à figura do usuário**. In Revista magister de Direito Penal e Processual Penal, 14, 2016. 99 p.

CARVALHO, Jonatas. **A Emergência da Política Mundial de Drogas: O Brasil e as Primeiras Conferências Internacionais do Ópio**. Oficina do Historiador, Porto Alegre, EDIPUCRS, v. 7, n. 1, jan./jun. 2014.

CEBRID. **Livreto Informativo Sobre Drogas Psicotrópicas**. Out. de 2014. Disponível em: <
<http://www.cebrid.com.br/livreto-informativo-sobre-drogas/>>. Acesso em 21 mai 2021

CIVIL, Casa et al. **Lei nº 10.409, de 11 de janeiro de 2002**. 2002.

CIVIL, Casa et al. **Lei nº 6.368, de 21 de outubro de 1976. Lei Anti-tóxicos**. 1976.

DELMONDES, Isabela Ramos Frutuoso et al. **A (in) coerência no tratamento punitivo despendido às chamadas "mulas do tráfico"**. 2015.

DEMO, Pedro. **Metodologia científica em ciências sociais**. 1995.

FRANÇA, Genival Veloso de. **Medicina Legal**. 8ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2007.

FRANCO, Alberto Silva. **Crimes Hediondos**. 5ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006.

FERNANDES, L. **Os pós-modernos ou a cidade, o sector juvenil e as drogas**. Porto, F.P.C.E.u.P. 1990.

FERNANDES, L. **Atores e territórios psicotrópicos: etnografia das drogas numa periferia urbana**. Dissertação de doutoramento apresentada à universidade do Porto, Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação, Porto, Portugal, 1997.

FREITAS, Maria Teresa de Assunção. A abordagem sócio-histórica como orientadora da pesquisa qualitativa. **Cadernos de pesquisa**, n. 116, p. 21-39, 2002.

GALVÃO, Patrícia Souza. **A Lei nº. 11.343 DE 2006 e suas inovações no tratamento penal ao usuário de drogas**. 2013.

Disponível em <https://conteudojuridico.com.br/consulta/Artigos/37816/a-lei-no-11-343-de-2006-e-suas-inovacoes-no-tratamento-penal-ao-usuario-de-drogas>. Acesso em 31 mar 2021.

GOMES, Luiz Flávio. **Nova Lei de Drogas comentada: Lei nº 11.343. de 23/8/2006**. São Paulo: RT, 2007

GRECO FILHO, Vicente. **Lei de Drogas Anotada**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2009

JUNIOR, Flavio Bortolozzi; KEMPE, Adriana; DOS SANTOS, Isabela Furlanetti Dias. A POLÍTICA CRIMINAL DE DROGAS E O SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO. **Anais do EVINCI-UniBrasil**, v. 3, n. 1, p. 52-52, 2017.

LEI DAS DROGAS – **Lei 11.343/2006**. SISTEMA NACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS SOBRE DROGAS – SISNAD. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111343.htm. Acesso em 04 de junho, 2021.

LIMA, Ana Luce Girão Soares de; PINTO, Maria Marta Saavedra. Fontes para a história dos 50 anos do Ministério da Saúde. **História, Ciências, SaúdeManguinhos**, v. 10, n. 3, p. 1037-1051, 2003.

LORENZO, Cláudio. Vulnerabilidade em saúde pública: implicações para as políticas públicas. **Revista Brasileira de Bioética**, v. 2, n. 3, p. 299-312, 2006.

LOWI, Theodore J. Four systems of policy, politics, and choice. **Public administration review**, v. 32, n. 4, p. 298-310, 1972.

MÉDICI, Sérgio de Oiveira. (2004). **Aspectos Introdutórios da Teoria Geral do Crime**. *Revista Brasileira Multidisciplinar*, 8(2), 15-32.

MENDONÇA, Andrey Borges; CARVALHO, Paulo Roberto. **Lei de drogas: Lei 11.343, de 23 de agosto de 2006 – Comentada artigo por artigo**. São Paulo: Método, 2008.

Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Guia metodológico: Plano Nacional de Políticas sobre Drogas 2021-2025 - diagnóstico, elaboração, monitoramento e avaliação / organização**. Brasília : Ministério da Justiça e Segurança Pública, Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas, 2020.

- MORAES, Maristela. O modelo de atenção integral à saúde para tratamento de problemas decorrentes do uso de álcool e outras drogas: percepções de usuários, acompanhantes e profissionais. **Ciência & saúde coletiva**, v. 13, n. 1, p. 121-133, 2008.
- MUSUMECI, Bárbara. O consumo de álcool no país. **Drogas e cidadania. São Paulo: Brasiliense**, 1994.
- PAIVA JÚNIOR, João Batista de. A atual lei de drogas e a cultura do encarceramento no Brasil: atuação seletiva do estado e superlotação carcerária. 2018.
- PEREIRA, Orlando et al. Políticas públicas e coesão social. **Estudios Económicos de Desarrollo Internacional. Asociación Euro-Americana de Estudios de Desarrollo Económico (AEEADE)**, v. 5, n. 2, p. 123-42, 2005.
- POIARES, C. A. (1999). Contribuição para uma análise histórica da droga. In: Toxicodependências, 5, pp. 3-12.
- PUGLIESE, Urbano Félix. **Uma nova visão do princípio da intervenção mínima no Direito Penal**. Ômnira, 2011.
- RAUPP, Luciane; MILNITSKY-SAPIRO, Clary. **Adolescência, drogadição e políticas públicas: recortes no contemporâneo**. Estudos de Psicologia (Campinas) [online]. 2009, v. 26, n. 4 [Acessado 31 Julho 2021] , pp. 445-454. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0103-166X2009000400005>>. Acesso em 10 fev 2021.
- RIBEIRO, Elisa Antônia. A perspectiva da entrevista na investigação qualitativa. **Evidência: olhares e pesquisa em saberes educacionais, Araxá/MG**, v. 4, n. 5, p. 129-148, 2008.
- RODRIGUES, Luciana Boiteux de Figueiredo. Controle penal sobre as drogas ilícitas: o impacto do proibicionismo no sistema penal e na sociedade. **Programa de Pós-Graduação em Direito, Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo**, 2006.
- ROSA, Pablo Ornelas. Política criminal de drogas e globalização econômica. **I Seminário Nacional Sociologia & Política UFPR**, 2009.

SALOMÃO, Jonas Sprícigo et al. Atención ao usuário de drogas um espaço para o enfermeiro.

Texto & Contexto Enfermagem, v. 13, n. 2, p. 296-302, 2004.

SANTOS, Jessica Adrielle Teixeira. **Avaliação da implantação da política de atenção integral a usuários de álcool e outras drogas: um estudo de caso**. 2011. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Maringá.

SANTOS, Jessica Adrielle Teixeira; DE OLIVEIRA, Magda Lúcia Félix. Políticas públicas sobre álcool e outras drogas: breve resgate histórico.